

Psicologia e direitos humanos

Direitos humanos não é uma especialidade dentro da Psicologia, mas sim uma prática que deve atravessar toda e qualquer atuação profissional. O Código de Ética do psicólogo chega a colocar o respeito a esses direitos como um de seus princípios fundamentais. Mas de que forma os direitos humanos atravessam a prática cotidiana dos psicólogos? – Páginas 3 a 14



Ato da Cinelândia celebra o Dia Nacional de Luta Antimanicomial – Págs. 16 e 17

Participe da IV Mostra Regional de Práticas em Psicologia – Pág. 18

Confira as principais ações das subseções do CRP-RJ – Pág. 19

Eleições para o CRP-RJ ocorrem em 27 de agosto – Pág. 20

Direitos Humanos: uma “obra em progresso”

O tema central deste número do jornal do CRP-RJ é: Direitos Humanos. Há cerca de seis anos – especificamente desde quando o XI Plenário tomou posse – o CRP-RJ assumiu, com a categoria, o compromisso de observar e defender os Direitos Humanos, segundo a nossa visão do tema. Dizíamos: estes princípios serão o norte da nossa gestão, o eixo central que deverá fundamentar nossas ações e nossa política.

O tema é bem complexo, e é por isso que fizemos a observação acima: segundo nossa visão. Há muitas abordagens a ele e, ao longo destes quase seis anos – pois os Direitos Humanos continuaram a balizar as ações do CRP-RJ no XII Plenário, que, este ano, completa seu mandato –, nós tentamos esclarecer à categoria como o tema informava nossas ações e políticas.

Nossa compreensão do tema está ancorada em uma abordagem histórica, que considera sua inserção em um determinado momento social, econômico, político e cultu-

ral. Os Direitos Humanos não têm, para nós, uma natureza eterna, absoluta, universal, para sempre estabelecida: eles devem ser produzidos a cada momento, através dos embates políticos e sociais movidos pelos diferentes grupos e camadas da população, segundo seus interesses diversos.

As matérias que compõem este nosso jornal pretendem, portanto, esclarecer como o que poderia ser pejorativamente encarado como uma fórmula vazia a ser preenchida segundo motivações oportunistas se vê corporificada no trabalho das diversas comissões, grupos de trabalho e setores do CRP-RJ, e se preenche com um conteúdo vivo e pulsante. E como, de novo, se reacendem as utopias: lembramos aqui os versos, já citados em outra ocasião, de Nicolás Guillén, em “Elegia a Jacques Roumain nos céus do Haiti”:

“Eis que se ergue a velha lança
Arde em nossas mãos a esperança
A aurora é lenta, mas avança”

Ações do CRP-RJ na Saúde Suplementar

A partir da demanda de psicólogos credenciados em planos de saúde, o CRP-RJ criou um grupo, formado por psicólogos da Comissão de Saúde e da Coordenadoria Técnica (COTEC), para discutir questões referentes à Saúde Suplementar. Entre os principais pleitos da categoria, estão: o aumento no valor dos honorários pagos pelas operadoras de saúde aos psicólogos credenciados; o aumento do número anual de consultas permitidas; e o fim da obrigatoriedade de encaminhamento médico prévio ao profissional psicólogo.

Nesse sentido, o CRP-RJ tem se mobilizado junto às operadoras de saúde para requerer estas reivindicações, participando de reuniões com repre-

sentantes das operadoras e negociando possíveis melhorias.

Muitas vitórias estão sendo alcançadas progressivamente nesse campo. O plano de saúde da Caixa Econômica, por exemplo, aumentou o valor da consulta psicoterápica para R\$ 37. A Golden Cross, por sua vez, elevou o valor dos honorários de R\$ 25 para R\$ 30 e concordou em retirar a necessidade do encaminhamento médico. Já a Amil passou o valor da consulta de R\$ 27,30 para R\$ 30.

O CRP-RJ continua esse movimento com outras operadoras. Para acompanhar as ações, fique atento ao site www.crpj.org.br.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139 5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
Site: www.crpj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes - presidente - CRP 05/980
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - vice-presidente - CRP 05/26077
Marília Alvares Lessa - tesoureira - CRP 05/1773
Maria da Conceição Nascimento - secretária - CRP 05/26929

Membros Efetivos:

Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427
Eliana Olinda Alves - CRP 05/24612
Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Lindomar Exedito Silva Darós - CRP 05/20112
Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832
Marcia Ferreira Amendola - CRP 05/24729
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995
Samira Younes Ibrahim - CRP 05/7923
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

Membros Suplentes:

Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/0465
Ana Maria Marques Santos - CRP 05/18966
Elizabeth Pereira Paiva - CRP 05/4116
Érika Piedade da Silva Santos - CRP 05/20319
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564
Vanda Vasconcelos Moreira - CRP 05/6065

Comissão Editorial:

José Novaes
Marília Alvares Lessa
Rosilene Cerqueira

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Bárbara Skaba (jornalista)
Felipe Simões (estagiário)
Ana Carolina Wanderley (estagiária)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Editora EDIOURO

Tiragem / Periodicidade

30.000 exemplares / Bimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Psicologia e direitos humanos

No dia 5 de abril de 2010, o Rio de Janeiro sofreu com uma das maiores tragédias de sua história. Após a pior chuva dos últimos 44 anos, mais de 250 pessoas morreram e cerca de 10.800 perderam suas casas, a maioria das quais em comunidades pobres. José Vieira da Silva Júnior, funcionário do CRP-RJ, foi um dos atingidos por esse desastre, tendo perdido sete sobrinhos soterrados – quatro no Morro do Turano, onde também mora, e três no Morro do Borel.

Segundo José, não houve socorro imediato dos órgãos públicos. Ele conta emocionado como foi o resgate no Turano, feito por ele, vizinhos e amigos. “No momento, não havia bombeiros. Tivemos que correr para os hospitais para tentar socorrer. Mas era muita terra, a respiração das crianças estava difícil. Chegando ao hospital, o médico disse que não tinha jeito, que tinha que ter tido algum aparelho que desobstruísse as vias respiratórias. Pude pegar dois dos meus sobrinhos ainda respirando, mas devido ao soterramento e à fragilidade deles, que eram pequenos, não sobreviveram”.

José acredita que muitas das mortes poderiam ter sido evitadas se houvesse mais ações dos gestores públicos no Rio de Janeiro. “Acho que a infra-estrutura do governo tinha que ser melhor para atender essas situações”. Além disso, ele ressalta que não há um plano de habitação para os moradores de comunidades pobres. “Há um projeto para tirar aquelas casas do local, mas onde vão colocar essas pessoas? Há a indenização, o aluguel social, que são R\$ 400 por mês para alugar uma casa. Mas e quando acabar o aluguel social, para onde essas pessoas vão? Muitos dizem que moramos lá porque queremos. Mas será que é porque queremos? Queríamos que acontecesse o acidente, que todos morressem?”.

A partir dessa e de inúmeras outras situações vividas em seu cotidiano, José acredita que os direitos humanos dos moradores dessas áreas são violados constantemente. “Para mim, direitos humanos significam as pessoas serem tratadas com respeito. Quando damos o endereço de onde mo-

ramos, as pessoas nos tratam de maneira diferente, muitas acham que somos bandidos. Todos somos seres humanos de forma igual, então o tratamento deveria ser igual”.

Assim, embora percebidos por muitos como uma instância abstrata, fora da realidade cotidiana, o relato de José mostra que os direitos humanos estão presentes nas situações do dia-a-dia, muitas vezes sem que os indivíduos se deem conta. Cidadãos não terem direito a uma moradia de qualidade, à segurança e ao tratamento com respeito e dignidade são violações claras dos direitos humanos – direitos esses expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em As-



sembléia Geral das Nações Unidas em 1948, e na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Cabe, então, questionar: O que seriam direitos humanos? E, mais importante, quem seriam esses “humanos”?

A noção de “direitos humanos” surge, na história mundial, no contexto das revoluções burguesas do século XVIII, em especial a Revolução Francesa (1789), que culminou na Declaração dos Direitos do Homem. No entanto, o entendimento do que seriam esses direitos foi sendo constantemente construído e reconstruído ao longo dos anos. Hoje, a leitura mais comum é a que consta na Declaração de 1948, da qual o Brasil é signatário, reafirmando seus princípios na Constituição e em outras legislações.

Dessa forma, mostra-se relativamente simples conceituar *quais* são os direitos humanos. A questão se complica quando tentamos definir *quem* são esses “humanos”. Apesar de a Declaração de 1948 colocar que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, na prática, constatamos que ainda são feitas distinções entre os que merecem ou não ser tratados como cidadãos e possuidores de direitos.

Não é incomum escutarmos, por exemplo, que, “no Brasil, só se defendem direitos humanos para bandidos”. Essa opinião é difundida, inclusive, entre os que possuem a função de defender esses direitos. Uma pesquisa feita pelo psicólogo, professor da UFRJ e conselheiro do CRP-RJ Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077) reuniu falas de policiais militares que incluíam: “Direitos humanos é a forma que a lei tem de preservar a integridade do vagabundo”; “Só beneficia marginal e não as pessoas de bem”; “Esse direito deveria ser excluído para marginais”; entre outras.

Será que os ditos “marginais” não são humanos? Que implicações estão embutidas nesse tipo de afirmação? O que elas dizem sobre a forma como os direitos humanos são vistos em nosso contexto social?

Essas são questões que afetam toda a sociedade e, em especial, a Psicologia. Mesmo que, muitas vezes,

os psicólogos se sintam isolados nos seus espaços de atuação – consultórios, escolas, prisões, RH etc. –, eles e as pessoas com quem interagem são constantemente atravessados pelo contexto social, político, cultural e econômico em que vivem.

É preciso destacar que direitos humanos não são uma especialidade dentro da Psicologia, mas sim uma prática que deve atravessar toda e qualquer atuação profissional. Se, por um lado, a inserção dos direitos humanos na sociedade afeta os psicólogos, por outro, eles têm muito a contribuir para a consolidação e o respeito a esses direitos. O Código de Ética Profissional do psicólogo, por exemplo, diz, no primeiro de seus princípios fundamentais: “O psicólogo baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liber-



“Quando falamos em Psicologia e direitos humanos, queremos pensar uma Psicologia que não se

desvincule da política, que não se coloque como afastada da realidade. Queremos falar sobre uma Psicologia preocupada com o mundo no qual está inserida”
Cecília Coimbra

dade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Primeiramente, pode-se fazer uma discussão sobre o que são esses direitos humanos na prática. Eles são realmente universais? “Não podemos entender direitos humanos como um objeto natural, como um dado em si. O conceito emerge com as revoluções burguesas. Então, direitos humanos sempre foram colocados como palavra de ordem da burguesia – ‘liberdade, igualdade e fraternidade’ também são produções históricas”, ressalta a psicóloga Cecília Coimbra (CRP 05/1780), presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Cristina Rauter (CRP 05/1896), psicóloga e professora da UFF, coloca em questão a própria existência dos direitos humanos. “Para acreditar que existem direitos humanos dentro da ordem democrática, é preciso acreditar na democracia. Mas que democracia? A democracia burguesa? É uma ficção muito grande achar que existiriam direitos humanos, que eles estariam dados em algum lugar. Então, isso implicaria em acreditar que há alguma maneira de garantir esses direitos internacionalmente”.

Muitas vezes, porém, o conceito de direitos humanos é usado para interesses específicos. É o que destaca Luciana Knijnik (CRP 05/33458),

psicóloga e militante de direitos humanos: “É preciso ver que há várias concepções sobre o que são direitos humanos. Eles são resultado de um processo histórico e, dependendo do momento, foram usados com uma intenção ou outra”.

Para Cecília Coimbra, isso é o que ocorre nos dias atuais. “Cada vez mais temos que tomar cuidado porque direitos humanos, no capitalismo, é um conceito facilmente capturável. Hoje, em nome dos direitos humanos, mata-se. Direitos humanos viraram uma grande mercadoria - como tudo no capitalismo vira mercadoria e se vende a bons preços no mercado”.

O lugar da Psicologia

Colocadas essas questões, cabe refletir sobre como a Psicologia se relaciona com os direitos humanos. “Direitos humanos atravessam toda e qualquer profissão. Quando falamos em Psicologia e direitos humanos, queremos pensar uma Psi-

Direitos humanos não são uma especialidade dentro da Psicologia, mas sim uma prática que deve atravessar toda e qualquer atuação profissional. Se, por um lado, a inserção dos direitos humanos na sociedade afeta os psicólogos, por outro, eles têm muito a contribuir para a consolidação e o respeito a esses direitos.

ciologia que não se desvincule da política, que não se coloque como neutra, abstrata, afastada da realidade. Queremos falar sobre uma Psicologia preocupada com o mundo no qual está inserida”, coloca Cecília Coimbra.

Segundo Luciana Knijnik, essa não tem sido a forma como a Psicologia vem encarando essa questão. “A Psicologia tem uma tradição de ver seu trabalho como não intervindo no campo político. Mas todo psicólogo é político, querendo ele ou não, porque a sua prática é atravessada por todas as forças econômicas, sociais, culturais etc. E, ao mesmo tempo, o psicólogo também está intervindo nesses mesmos campos que compõem a produção de subjetividades”.

Para Pedro Paulo Bicalho, conselheiro coordenador da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, essa visão da Psicologia como apolítica vem do momento de sua criação e per-

manece até hoje. “A Psicologia foi concebida como uma prática intimista, entendendo o sujeito como sujeito individual. O nosso grande desafio, ao debater sobre Psicologia e direitos humanos, é também promover a discussão de que esse sujeito sobre o qual a Psicologia se debruça é atravessado pelas condições históricas, sociais e políticas nas quais vive”.

Mas como essa relação se dá no cotidiano profissional do psicólogo? “Os direitos humanos estão presentes em todos os nossos campos de atuação. Os valores que estão colocados nas declarações de direitos humanos e em todo o Sistema de Garantias pautam, inclusive, o nosso Código de Ética: o respeito, a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade, da integridade. Todos esses são valores e bandeiras de luta do campo dos direitos humanos, mas isso pode acontecer em qualquer espaço: no consultório particular, em uma instituição, em um espaço de militância etc.”, lembra Luciana.

De acordo com Cristina Rauter, um exemplo é quando o psicólogo atende uma pessoa que teve seus direitos violados, principalmente de forma violenta. “Os psicólogos lidam com a questão do sofrimento psíquico, então, com certeza, têm a ver com os vários tipos de violência. A forma como localizamos a violência tem a ver diretamente com a forma como vemos esse trabalho politicamente. O trabalho do psicólogo diz respeito sempre a um aspecto político - ele trabalha com

“Todo psicólogo é político, porque a sua prática é atravessada por todas as forças econômicas, sociais, culturais



etc. Nesse sentido, o campo dos direitos humanos não é um especialismo, mas uma maneira de ver o mundo e de agir”

Luciana Knijnik

produção de subjetividades, o que é algo político por natureza”.

Outro aspecto sobre o qual a Psicologia vem se debruçando nos últimos anos é a criminalização da pobreza. Para Pedro Paulo, pessoas tidas como “potencialmente perigosas” acabam sendo privadas dos chamados direitos humanos. “Acho que a grande discussão hoje não é sobre quais são os nossos direitos - temos vários instrumentos legais e jurídicos que falam sobre eles. O nó está em entender quem são os humanos para os quais esses direitos são voltados; é ampliar essa noção para uma concepção de direitos humanos em que caibam mais humanos – ou onde caibam todos os humanos - e colocar em discussão que políticas são produzidas que tornam alguns humanos e outros não. Por isso, a Psicologia precisa encarar de frente essa temática”.

Luciana Knijnik também aponta para essa questão. Para ela, dizer que todos nascem livres e iguais é uma falácia. “As pessoas vivem em situações muito desiguais, então isso já as coloca em patamares diferentes. Não podemos dizer que elas nascem iguais, porque não nascem com as mesmas condições de acesso nem mesmo aos direitos básicos. Essa é uma das lutas no campo dos direitos humanos: os direitos básicos de alimentação, de moradia, de saúde etc., mas direitos humanos não são só isso, são muito mais, são uma luta pelo direito à potencialidade que a vida permite e nem todos têm acesso”.



O nó está em entender quem são os humanos para os quais esses direitos são voltados; é ampliar essa noção para uma

concepção de direitos humanos em que caibam todos os humanos. Por isso, a Psicologia precisa encarar de frente essa temática”.

Pedro Paulo Bicalho

Um dos riscos dessa classificação entre os que seriam ou não “humanos” seria a banalização da violência e da tortura. “Temos que pensar como hoje, no mundo em que vivemos, algumas vidas valem menos do que outras, e como vamos associando os segmentos mais pobres ao conceito de criminalidade e de periculosidade. E, em nome de esse segmento ser considerado perigoso, para nossa segurança, ele precisa ser exterminado. Por isso, aplaude-se o extermínio”, diz Cecília Coimbra.

De acordo com ela, os direitos humanos sempre foram concebidos para as classes mais altas e, por isso, as mais pobres são constantemente excluídas. “Quando colocamos direitos humanos efetivamente para todos, é óbvio que as elites não vão aceitar”. Assim, quando movimentos sociais defendem a extensão desses direitos a toda a sociedade, acaba sendo criado o discurso que “direitos humanos só servem para defender bandidos”.

“O psicólogo baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a declaração Universal dos Direitos Humanos”

Código de Ética Profissional do Psicólogo

“No período da ditadura militar, a discussão sobre direitos humanos ganhou força no Brasil, principalmente porque os inimigos eram, em muitos casos, filhos da classe média. Hoje em dia, os atingidos pelas maiores violações de direitos humanos são os pobres. Por isso, diz-se que direitos humanos é ‘coisa para defender bandido’”, reforça Luciana.

A Psicologia, nesse contexto, pode contribuir para desconstruir esse discurso, apesar de, historicamente, ter se posicionado de maneira contrária. Conforme declara Luciana, “a Psicologia vem contribuindo para legitimar essa visão, na medida em que patologiza crimes e delitos e, em muitos casos, não promove uma discussão sobre o modo como estamos vivendo e como isso leva a determinadas condutas. Então, enquanto a Psicologia continuar fazendo discussões no campo do individualismo, não vamos ganhar força para fazer esse debate com mais propriedade”.

Por outro lado, Cristina Rauter acredita que

“Os psicólogos lidam com a questão do sofrimento psíquico, então, com certeza, têm a ver com os vários tipos de violência. O trabalho do psicólogo diz respeito sempre a um aspecto político - ele trabalha com produção de subjetividades, o que é algo político por natureza”.

Cristina Rauter

esse posicionamento tem mudado. “Orientei a dissertação de mestrado do psicólogo Luiz Eduardo Ferreira, que teve oportunidade de ir a uma delegacia e fazer uma peça com os próprios presos, denunciando as péssimas condições carcerárias. Então, o psicólogo está tendo acesso a esses locais. Isso é uma coisa boa, muitos estão partindo para essa atuação de denúncia, de defesa dos direitos humanos, de mostrar para a sociedade essa violência”.

“É dito que a maior parte dos negros e pobres comete crimes. Então, eles não podem ter direitos, não são vistos como sujeitos de direitos, como pessoas”, acrescenta Cristina. “Além disso, tudo o que se faz em prol dos presos, qualquer

melhoria básica de condições carcerárias, a população se revolta, a mídia pede que não haja os mesmos direitos para ‘bandidos’. E acho que o psicólogo pode atuar, por exemplo, trazendo essa realidade da prisão para ser mais discutida”.

Desse modo, é possível perceber que os direitos humanos, assim como todas as questões políticas, ainda são muito pouco tratados pela Psicologia como algo que componha seu campo de saber e prática. Uma ideia de neutralidade e individualismo ainda é hegemônica, desde a formação até os espaços de atuação prática dos psicólogos.

No entanto, os direitos humanos atravessam toda e qualquer atuação profissional, inclusive a Psicologia. Por isso, é preciso que os psicólogos percebam essa relação para que tenham uma prática política transversalizada com o contexto social.

Veja as entrevistas dessa matéria na íntegra em www.crprj.org.br

CRP-RJ e os direitos humanos

Em 2004, quando assumiu a gestão do CRP-RJ, uma das primeiras ações do XI Plenário foi a instituição da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH). Como o próprio nome da chapa adiantava, a ética e o compromisso social seriam os nortes da gestão a partir daquele momento, e é impossível falar nesses princípios desvinculados dos direitos humanos.

A primeira presidente da CRDH foi Maria Beatriz Sá Leitão, substituída no final do XI Plenário por Cecília Coimbra. No XII Plenário, a coordenação da CRDH ficou com a conselheira Suyanna Linhales Barker (CRP 05/27041). No final de 2008, o conselheiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho passou a ser o coordenador, posto que ocupa até hoje.

Desde o início, a grande questão levantada pelo Plenário era: “Direitos humanos: o que a Psicologia tem a ver com isso?”. Essa era uma forma de provocar a categoria e mostrar que, por mais que muitas vezes se percebam isolados em sua prática, os psicólogos são atravessados o tempo todo pelos direitos humanos, seja enquanto profissionais ou enquanto sujeitos.

“Quando começamos a nossa primeira campanha, em 2004, sempre colocamos que os direitos humanos seriam o nosso fio condutor. Além das comissões obrigatórias, a primeira que criamos foi a CRDH. Essa Comissão já surgiu relacionada a uma concepção de como pensar o CRP com uma prática psicológica política, ética e transparente”, afirma a psicóloga Cecília Coimbra (CRP 05/1780), presidente do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) e ex-coordenadora da CRDH.



Debate sobre ditadura no Seminário de Direitos Humanos, 2008

Segundo Cecília, uma das prioridades da Comissão, durante todas essas gestões, foi trazer a categoria para o Conselho. “Quando criamos a CRDH, pensamos a comissão com outras pessoas que não eram conselheiras, cada uma com uma atuação específica numa área da Psicologia. Tentamos abarcar o maior número de áreas, mas sem criar especialismos, para que essas pessoas pudessem trazer suas experiências e que essas experiências pudessem ser mais publicizadas”, lembra a psicóloga.

O atual coordenador da CRDH, Pedro Paulo, afirma que continuou essa política quando assumiu a Comissão. “Minha primeira grande questão era: conduzir uma comissão de direitos humanos era trabalhar a prática dos psicólogos. Por isso, a CRDH foi montada com psicólogos de diversas áreas. Essas diferentes práticas, junto com o que acontece ao nosso redor, alimentam a Comissão e a fazem trabalhar em função das emergências que vão aparecendo na sociedade”.

A CRDH implementou diversas ações em prol da defesa dos direitos humanos e sua difusão por toda a categoria de psicólogos. Criou, por exemplo, o Seminário de Psicologia e Direitos Humanos, evento anual que discute temas presentes no dia-a-dia do psicólogo, mas dos quais, muitas vezes, ele não se dá conta. Alguns dos temas do seminário foram a medicalização da vida, o trabalho e a judicialização da vida. “Levantamos temas que traziam problemas para pensarmos nossa atuação. Eram temas não específicos da Psicologia, mas do mundo em que estamos vivendo”, coloca Cecília Coimbra.

Outro evento da CRDH que estimula a discussão sobre direitos humanos é o Trocando em Miúdos - encontro mais frequente, que também aborda temáticas do cotidiano profissional. Desde o XI Plenário, foram debatidos temas como produção de laudos e testes psicológicos, racismo, diversidade sexual, violência de Estado, criminalização da pobreza, democratização da comunicação e recursos humanos.

Pedro Paulo explica que o grande mote da Comissão é trabalhar temas que, geralmente, não são vistos em relação com os direitos humanos. “Precisamos inserir no debate essas áreas que nos parecem caixas pretas do Sistema Conselhos. Neste



Manifestação contra o Ato Médico, 2005

momento, por exemplo, estamos nos debruçando sobre a consequência das chuvas que atingiram o Rio de Janeiro. Nossa grande questão é entender quais discursos foram produzidos a partir desse acontecimento e em que sentido esse discurso cria modos de ser sujeito, políticas etc.”.

Outro tema que a CRDH vem debatendo é a Psicologia na área de Recursos Humanos. “Este ano, nosso primeiro Trocando em Miúdos foi sobre Psicologia e Gestão de Pessoas, entendendo que essa é uma área na qual a discussão dos direitos humanos está pouco presente”, diz Pedro. Segundo ele, há resoluções do CFP que proíbem o psicólogo, por exemplo, de discriminar por cor ou orientação sexual, de acordo com princípios básicos das declarações de direitos humanos e da Constituição Brasileira. O conselheiro destaca que essas normativas não servem apenas para a clínica, mas também para outras áreas, como o RH, pois o psicólogo não pode usar esse tipo de critério na seleção de funcionários, mesmo que isso lhe seja demandado.

Os testes psicológicos são outro campo que vem sendo discutido pela Comissão. De acordo com Pedro Paulo, o Satepsi, sistema de avaliação dos testes do Sistema Conselhos, não foi feito levando os direitos humanos em consideração. “Foi montada uma comissão com grandes psicometristas da área da Psicologia, mas que não trouxeram a discussão dos direitos humanos no momento de tornar válido um teste psicológico”.

Essa discussão foi levada à Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de maio de 2010, instância de deliberação de todo o Sistema Conselhos de Psicologia. “Pautar em APAF é fazer com que todos possam discutir aquela ques-

ção. Outra estratégia é incentivar o Sistema Conselhos a criar grupos de trabalho para que essa discussão saia da instância regional e possa ganhar corpo no Brasil inteiro”.

Mas não apenas a CRDH vem conduzindo as questões relacionadas aos direitos humanos. As ações realizadas por todas as comissões e grupos de trabalho do CRP-RJ também vêm sendo pautadas por esse princípio, tanto no XI (2004-2007) quanto no XII Plenário (2007-2010). “Lembramos o tempo todo que a CRDH não pode ser um núcleo especialista em direitos humanos. Temos que nos articular sempre com as discussões que já existem no Conselho”, destaca Pedro Paulo.

Veja abaixo algumas das ações do CRP-RJ e sua relação com os direitos humanos.

Direitos do psicólogo

O CRP-RJ vem se engajando há alguns anos na luta pelos direitos do psicólogo enquanto trabalhador, sempre em parceria com o sindicato. Ao defender melhores condições de trabalho para a categoria, o Conselho entende que isso também proporciona um serviço de mais qualidade à sociedade.

Principais ações:

- Esforços para a regulamentação do piso salarial e da carga horária dos psicólogos no Rio de Janeiro;
- Acompanhamento da situação de psicólogos que atendem através de planos de saúde e esforços para o aumento dos honorários pagos por consulta, ampliação do número de sessões cobertas e fim da obrigatoriedade de encaminhamento do médico ao psicólogo;

- Acompanhamento de concursos públicos: movimento pela convocação dos concursados; inclusão de vagas para psicólogos quando o cargo exige esse profissional; repúdio a salários baixos oferecidos a psicólogos etc.;
- Apoio na luta pela aprovação do plano de cargos e salários dos profissionais de Saúde da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP-RJ).

Ética e direitos humanos

A Ética é um dos nortes que conduziram o XI e XII Plenários. Sua relação com os direitos humanos é clara, inclusive, no Código de Ética, que afirma em diversos momentos que o psicólogo deve pautar suas ações por esse princípio.

Principais ações:

- Foco na orientação e não na punição de psicólogos denunciados;
- Estudo para identificar as principais faltas éticas que são alvos de denúncias para esclarecer a categoria sobre elas;
- Criação das Quart'éticas, eventos que debatem as questões apontadas na pesquisa citada;
- Elaboração de oficinas itinerantes para descentralizar as discussões;
- Organização do Fórum de Ética, um encontro anual que aprofunda algumas das questões sobre as quais há dúvidas mais recorrentes, entre eles a produção de laudos e pareceres e as práticas psicoterápicas.

Direitos humanos na Saúde

Um tema que sempre esteve em pauta no CRP-



Evento sobre Educação Inclusiva, 2009

RJ é a inserção da Psicologia na Saúde. O direito ao acesso à Saúde pública foi um dos eixos norteadores nesse campo, buscando a promoção da inclusão social.

Principais ações:

- Criação da Comissão de Saúde;
- Criação da oficina itinerante “Apropriação em Saúde” para pensar criticamente a prática do profissional de Psicologia no campo da Saúde e em relação com outros setores, sempre a partir dos direitos humanos;
- Participação no Movimento de Luta Antimanicomial, entendendo que é preciso não apenas acabar com os manicômios, mas promover a dignidade e o direito à vida das pessoas em sofrimento psíquico;
- Inspeção de hospitais psiquiátricos para denunciar abusos e violências;
- Organização de eventos anuais no 18 de Maio – Dia da Luta Antimanicomial;
- Discussões sobre psicoterapia;
- Luta contra o Ato Médico, Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional que coloca como prerrogativa dos médicos atividades que também são de responsabilidade de psicólogos e outros profissionais da Saúde. Essa luta incluiu atividades como um grande ato público na Cinelândia, debates em universidades e a coleta de assinaturas em um abaixo-assinado, entregue ao Senado;
- Discussão sobre a medicalização da vida;
- Debates e pesquisas sobre Psicologia do Esporte, através de um grupo de trabalho e da Comissão de Saúde;
- Atividades sobre atenção básica e Núcleo de Atenção a Saúde da Família/NASF;
- Participação em espaços de controle social da Saúde;

Beatriz Sá Leitão:

A primeira presidente da CRDH, Beatriz Sá Leitão, falecida em 15 de março de 2009, foi uma reconhecida militante pela afirmação da vida e dos direitos humanos. A psicóloga se destacou pelo comprometimento ético-político que a guiava em sua luta contra toda e qualquer espécie de violência, bandeira essa que levou para a Comissão e que foi continuada pelo CRP-RJ.

Beatriz atuou pela construção de uma Psicologia comprometida com os interesses do povo

brasileiro. Foi membro do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ a partir de 1987 e uma das fundadoras da Equipe Clínico-Grupal dessa entidade. Participou também do primeiro projeto para atendimento médico-psicológico a pessoas vítimas de violência de Estado, aprovado em 1990 pelo Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura.





Seminário Mídia e Psicologia, 2007

- Debate sobre a produção de sofrimento nos espaços de reclusão, como as prisões;
- Defesa do Plano Interministerial de Saúde do Sistema Penitenciário;
- Movimento contra a gestão da administração pública por Organizações Sociais, o que representa uma privatização de serviços, delegando funções públicas, constitucionalmente estabelecidas, a pessoas jurídicas de direito privado;
- Defesa da política de redução de danos no campo da construção de políticas públicas sobre álcool e outras drogas.

Formação do psicólogo

A partir do XI Plenário, o CRP-RJ passou a ter uma constante preocupação com a formação do psicólogo, seja ainda na graduação, seja na continuidade da formação ao longo de sua vida profissional.

Principais ações:

- Promoção de eventos em universidades e no próprio CRP-RJ, convidando os estudantes a participarem do Conselho;
- Criação de uma Comissão de Estudantes, com colaboradores de diversas universidades;
- Palestras e debates em cursos de formação e pós-graduação;
- Discussão sobre o Título de Especialista, concedido pelo CFP a partir de uma prova, da comprovação de experiência na área e da conclusão de um curso credenciado. O CRP-RJ critica a concessão desse título pelo CFP, por entender que ele configura uma fragmentação do conhecimento e um estímulo aos especialismos.

O psicólogo na Educação

A Educação é outra área sobre a qual o CRP-RJ vem se debruçando, mobilizando um grande con-

tingente de psicólogos e educadores em suas discussões. Nos debates, é lançado sempre o desafio de desnaturalizar a demanda, colocando a prática do psicólogo em análise. Ao mesmo tempo, é sempre questionado: “Educação, o que nós, psicólogos, temos a ver com isso?”.

Principais ações:

- Criação da Comissão de Educação;
- Discussão sobre a medicalização e a judicialização da vida escolar;
- Debates sobre educação inclusiva;
- Incentivo a reflexões acerca da atuação do psicólogo na escola, que, muitas vezes, se ampara em um modelo em que é demandado que esse profissional faça clínica dentro do espaço escolar;
- Discussões sobre a saúde do professor e como ele também pode ser capturado por modelos de medicalização e judicialização.

Psicologia, Justiça e direitos humanos

O CRP-RJ entende que é preciso debater as práticas do psicólogo na Justiça, um dos campos em que ele mais recebe demandas que esbarram em sua ética profissional e nos direitos humanos.

Principais ações:

- Criação da Comissão de Psicologia e Justiça;
- Discussão sobre escuta de crianças e adolescentes na Justiça e luta contra o depoimento sem danos e outras modalidades que confundam o direito de escuta da criança com inquirição. O CRP-RJ é pioneiro nessa crítica e uma das suas principais conquistas foi a aprovação, na APAF de maio de 2010, de uma resolução a ser publicada pelo CFP proibindo a participação do psicólogo em inquirições;
- Mapeamento da Rede de Proteção à Infância e Juventude da Baixada Fluminense e da capital;
- Participação no GT Nacional da Rede de Proteção à Infância e Juventude;
- Discussões e denúncias sobre a violação dos direitos humanos no Sistema Prisional, tanto dos presos quanto dos psicólogos que atuam nesses espaços;
- Luta pelo fim do exame criminológico e do paradigma “pericial”, em defesa de ações de saúde e cidadania, tendo em vista a vida em liber-

dade. O Conselho realizou reuniões com o Ministério Público, organizou e participou de eventos, efetuou uma pesquisa com usuários do Sistema Prisional, familiares e instituições e integrou um GT Nacional para elaborar uma minuta de resolução que regulamentasse a atuação do psicólogo no sistema prisional e acompanhou projetos de lei.

Políticas públicas

A atuação do CRP-RJ nas políticas públicas sempre se deu levando em conta práticas interseccionais e transversais com outros campos de saber. O Conselho parte ainda do princípio de que o acesso a essas políticas é um direito básico de qualquer cidadão.

Principais ações:

- Criação da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas;
- Participação em espaços de controle social através de colaboradores;
- Realização do I Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas;
- Georreferenciamento das práticas de psicólogos de diferentes áreas nas políticas públicas, através do ciclo de pesquisas do Crepop (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas);
- Debate sobre situações de emergências e desastres, abordando a atuação dos psicólogos nessas situações e as políticas públicas, com a necessária participação das populações envolvidas. Também é proposta uma reflexão acerca dos discursos produzidos a partir dessas calamidades;
 - Participação na Rede de Cuidados da Região Serrana-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres.



Seminário Psicologia e Diversidade Sexual, 2009



Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, 2010

Direito à diversidade

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como a Constituição brasileira, afirma que todos os seres humanos devem receber os direitos nela listados, independentemente de etnia, cor, orientação sexual, classe social etc. No entanto, vemos o acesso de diversos grupos a esses direitos diariamente impedidos. Por trabalhar com a subjetividade enquanto produzida pelas próprias práticas sociais, a Psicologia precisa se debruçar sobre essas questões e pensar em como contribuir para o fim desse tipo de discriminação.

Principais ações:

- Criação de um grupo de trabalho sobre Psicologia e Relações Raciais;
- Divulgação da Resolução CFP 018/2002, que afirma que o psicólogo não pode exercer qualquer ação que favoreça o racismo nem se omitir diante dele;
- Discussões sobre o racismo e sua relação com a Psicologia;
- Defesa de direitos negados historicamente à população negra;
- Apoio e promoção de eventos sobre história e cultura da África e do negro no Brasil;
- Criação de um grupo de trabalho sobre Psicologia e Diversidade Sexual e articulação com grupos de outros CRPs;
- Participação na organização do GT Nacional de Psicologia e Diversidade Sexual;
- Divulgação da Resolução CFP a 001/99, que proíbe ao psicólogo tratar a homossexualidade como patologia ou perversão;
- Luta para o descredenciamento do teste PCL-R, que usa determinados critérios para medir o “nível de psicopatia” do indivíduo. Apesar de

- um desses critérios ser a orientação sexual, o teste é aceito atualmente pelo Sistema Conselhos. No entanto, o CRP-RJ conseguiu pautá-lo na APAF de maio de 2010 e, assim, ampliou o debate para o nível nacional;
- Organização do Seminário de Psicologia e Diversidade Sexual;
- Luta contra o projeto de lei estadual que propunha criar um serviço público de “cura” de homossexuais, em 2004. Os esforços do CRP-RJ tiveram sucesso e o parecer final dos deputados, vetando o PL, levou em consideração a Resolução 001/99.

Democratização da Comunicação

Um dos direitos humanos assegurados pela Constituição brasileira é o acesso à informação. Atualmente, porém, vemos no país uma alta concentração de domínio por grupos pequenos e fechados nos meios de comunicação, o que não permite a livre expressão de diversos grupos sociais. Por ser a mídia uma das maiores produtoras de subjetividade da atualidade, o CRP-RJ entende que os psicólogos são constantemente afetados por essa situação, enquanto sujeitos e enquanto profissionais.

Principais ações:

- Criação do GT de Psicologia e Mídia;
- Promoção de diversos eventos para debater a democratização da Comunicação;
- Participação do movimento pró-Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que foi realizada em 2009;
- Participação na organização da Conferência Estadual de Comunicação;
- Participação na Confecom, através de dois delegados;
- Participação no Coletivo Mídia e Psicologia do Sistema Conselhos.

Desse modo, todas as ações das comissões e GTs do CRP-RJ vêm sendo guiadas, diariamente, pelos direitos humanos, a ética e o compromisso social. Como coloca Cecília Coimbra, “o Rio de Janeiro é pioneiro em pensar questões importantíssimas para a Psicologia no sentido de interrogar a própria prática do psicólogo. No momento em que interrogamos o que é direito e o que é humano, que não naturalizamos isso, estamos contribuindo bastante para que psicólogo possa pensar que sua prática não é neutra e nunca foi”.

Subsedes do CRP-RJ e a interiorização das ações

Desde o início do XI plenário, o CRP-RJ vem pensando formas de descentralizar suas discussões, proporcionando a participação do maior número possível de psicólogos. Por isso, reestruturou suas subsedes e, já no XII plenário, inaugurou uma nova, na cidade de Campos dos Goytacazes, para atender ao Norte Fluminense.

“Desde o XI Plenário, temos pensado como poderia ser o apoio às nossas subsedes. Carecíamos de uma proposta mais efetiva para contemplar outras ações nesses espaços, tendo, por exemplo, encontros e debates como os que já aconteciam na sede, nos quais psicólogos e sociedade pudessem participar o mais democraticamente possível”, explica José Henrique Lobato (CRP 05/18767), conselheiro responsável pelas subsedes.

Foram instituídas, então, comissões gestoras para as subsedes. Compostas por conselheiros e

psicólogos colaboradores da região, o objetivo é facilitar a organização e condução de ações locais, com um acompanhamento mais frequente.

“Com o XII Plenário, conseguimos dar um novo rumo ao projeto de interiorização ao constituir um grupo de colaboradores, que tinham como função implementar ações em consonância com os princípios da gestão nos espaços das subsedes. A entrada das comissões gestoras nas subsedes foi extremamente salutar para nós enquanto gestores, pois deram mais vida, oxigenando nossos espaços. Nossas subsedes hoje têm outras funções que vão além das entregas de carteiras ou ações de viés mais administrativo, outros encontros surgiram, frutos dessa nova política de gestão”, conclui José Henrique.

Para mais informações sobre as subsedes, acesse o site www.crprij.org.br.

A Psicologia em situações de emergências e desastres

Durante muito tempo, pensou-se que o Brasil estava imune a situações de desastre, associadas a eventos naturais e mortes súbitas, como tsunamis, terremotos e furações. Porém, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), escritório regional para as Américas da Organização Mundial de Saúde, o conceito de desastre é muito mais amplo, englobando, também, fenômenos provocados pela ação humana. Além disso, o mundo vem passando por mudanças climáticas severas, mostrando quão importante é o debate acerca da temática.

Mas de que forma a Psicologia está implicada nas questões referentes a emergências e desastres e como tem sido o seu trabalho no acolhimento do sofrimento psíquico dos sujeitos envolvidos?

Foi o psiquiatra norte-americano Edward Stierlin que desenvolveu, em 1909, os primeiros estudos sobre os impactos psicológicos que os desastres exerciam sobre o indivíduo. No Brasil, a inserção da Psicologia na temática se deu na década de 1980, quando ocorreu um acidente radioativo em Goiânia. Universidades brasileiras, em conjunto com uma equipe cubana que havia trabalhado no acidente nuclear de Chernobyl, realizaram um trabalho junto às pessoas afetadas pelo acidente.

Inicialmente, o trabalho do psicólogo estava atrelado apenas ao pós-impacto. Isso se dava porque o foco se direcionava para a organização dos serviços de emergência e os impactos na estrutura social, principalmente os danos físicos do acontecimento, não havendo uma preocupação com o equilíbrio emocional das pessoas envolvidas.

Segundo a psicóloga Angela Elizabeth Lapa Coêlho (CRP 13/0613), busca-se atualmente uma mudança nesse paradigma. “A perspectiva de agora é que o psicólogo esteja inserido na prevenção, preparação, resposta e reconstrução, preconizadas pela Defesa Civil. Como ele já fará parte das equipes assistenciais, sua atuação será otimizada e melhor entendida. A comunidade já vai conhecê-lo e entender como se processa todo aquele trabalho, desestigmatizando a imagem do psicólogo daquela atrelada ao atendimento tradicional den-



tro da visão de diagnóstico”, afirma.

Assim, cabe à Psicologia, junto com outras áreas de conhecimento, atuar também na fase anterior ao desastre, participando de atividades em escolas, unidades básicas de saúde, centros de referência e assistência social. Angela Coêlho entende que o psicólogo deve discutir o que é de interesse da comunidade, por meio de metodologias participativas. “O profissional deve favorecer uma situação grupal no sentido de discutir todas as possibilidades e abandonar essa visão diagnóstica, de vitimização, mostrando que as pessoas, como protagonistas, podem, juntamente com os psicólogos, trazer conhecimentos para que se descubram novos caminhos para prevenção. Além disso, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas eficientes que garantam que o psicólogo atue considerando a perspectiva subjetiva das pessoas afetadas pelos desastres”.

Num momento de desastre, diversos são os fatores que podem afetar a saúde mental dos indivíduos envolvidos, entre os quais o número de mor-

tos, a intensidade do desastre e a frequência com que o fenômeno ocorre. Para minimizar os impactos psicológicos de tais eventos, Angela explica que o psicólogo deve atuar, além de outras práticas, na identificação de estratégias que favoreçam e fortaleçam as redes sociais. “Temos que trabalhar dentro da perspectiva de possibilitar que as pessoas tenham um momento para vivenciar o luto, um ambiente de proteção. Com o atendimento continuado e o planejamento, o psicólogo vai poder atuar desde o trabalho nos abrigos até o retorno às casas”.

A falta de serviços públicos sociais de qualidade à população mais pobre, porém, leva-a a ocupar locais de alto índice de periculosidade, tornando-as mais vulneráveis a situações de desastre. Essa deficiência do poder público ficou clara na reação das esferas municipais e estadual do Rio de Janeiro diante da forte chuva do dia 05 de abril de 2010. Segundo o engenheiro civil e mecânico Maurício Campos de Souza, militante da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, a atuação pública foi ineficaz no atendimento emergencial às vítimas, prioridade em situações como essa, além do uso oportunista da tragédia para recolocar na ordem do dia uma política de remoção de favelas no Rio de Janeiro.

Desde o início do processo urbanístico do Rio de Janeiro, as classes mais baixas foram “empurradas” para os morros e áreas periféricas da cidade. Entre 1902 e 1906, a chamada Reforma Pereira Passos demoliu centenas de cortiços e casas de cômodos para a construção da atual Avenida Rio Branco, sem que o poder público desse qualquer alternativa à população removida.

Ana Lúcia Gonçalves Maiolino (CRP 05/26306), engenheira geotécnica e psicóloga, analisa que “a solução encontrada por esses indivíduos foi a ocupação de bairros periféricos ao Centro - já densamente ocupados -, a subida aos morros próximos ao Centro e a ida aos subúrbios. A partir deste momento, as favelas, tal como as conhecemos hoje, começaram a se configurar como uma alternativa de moradia significativamente importante para essa população. Dramaticamente, em

uma cidade que, até hoje, carece de uma rede de transportes eficaz e de baixo custo, e que sofre pela ausência de uma política de desenvolvimento urbano que promova a produção de habitação popular, a ‘solução favela’ tem sido a salvação para um grande contingente de indivíduos que não têm a possibilidade de se estabelecerem nos bairros formais da cidade”.

Na verdade, não foram desenvolvidas, ao longo do século XX e início do XXI, políticas habitacionais com a força e o porte necessários para sanar as demandas existentes. Apenas para citar os projetos mais recentes, na esfera federal, temos o Plano Nacional de Habitação, em elaboração desde 2007 e com previsão de conclusão para 2023, e o Plano de Aceleração do Crescimento, que veicula a alocação de verbas significativas na área de habitação e possui obras ainda não finalizadas do primeiro PAC, de 2007. Quanto às ações municipais, existe o Programa Favela-Bairro, iniciado nos anos 1990, e retomado a lentos passos esse ano.

Além disso, conforme ressalta Ana Maiolino, existe ainda a questão dos financiamentos. Segundo ela, “por motivos claros, os bancos privados não são grandes interessados nesse processo. A Caixa Econômica Federal, segundo artigo divulgado no próprio site do Ministério das Cidades, teria condição de financiar, no máximo, 350 mil imóveis, o que ensejou a necessidade de entrada do Banco do Brasil no processo, cabendo destacar que o BB não tem tradição de financiamentos para população de baixa renda. Como a meta do governo é de produção de um milhão de moradias em dois anos, mesmo nos abstraindo da análise da adequação desses números às necessidades do país, é possível verificar que temos diversas dificuldades a enfrentar na implementação dessa meta”.

Mesmo com o direito a moradia estando asse-



gurado por lei e por diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, percebemos que não há interesse real em regularizar as comunidades com obras de infraestrutura, contenção e estabilização de encostas condizentes com a quantidade de pessoas que moram nessas áreas.

De acordo com Maurício, as autoridades se utilizam de discursos que criminalizam e culpabilizam os moradores dessas regiões, quando, na verdade, o que existe é um interesse em polarizar cada vez mais a cidade. “Quando se coloca o objetivo de remoção como solução para diversas situações de risco ou de implantação de projetos urbanísticos, como os previstos para Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, percebemos que o predominate não é a garantia de direitos conquistados, mas a segregação da população mais pobre, levada para mais longe dos bairros ricos”.

Para que a sociedade “aprove” essas políticas segregacionistas de remoção, o governo, corroborado pela imprensa, difunde uma percepção social de risco graduada de forma absoluta, ou seja, 0 ou 100%. Mas, na verdade, existem riscos em graus intermediários, que podem aumentar em determinadas circunstâncias. Em termos científicos, esse risco se traduz como uma probabilidade.

Essa prática é chamada pela jornalista e escritora canadense Naomi Klein de capitalismo de desastres. Em seu livro “A Doutrina do Choque”, ela faz uma analogia com o uso do eletrochoque, nos anos 1940 e 1950, e aponta para o objetivo de predispor o indivíduo a aceitar ou fornecer informações de forma acrítica. No caso dos desastres, certos atores, empresas ou governos se aproveitam de momentos de grande comoção para levar a sociedade a se comportar da mesma forma, não possibilitando uma reflexão mais ponderada dos reais problemas.

Maurício acredita que isso leva as pessoas a terem uma visão simplista do risco. “Como só se considera 0 e 100%, a única maneira de você eliminar o risco total é eliminar os fatores de risco. Numa encosta, seria eliminar as pessoas que ali vivem. A partir disso, tenta-se passar essa justificativa para as políticas de remoção”, conclui.

Com isso, vemos que o trabalho preventivo da Psicologia nas Emergências e Desastres deve ser feito conjuntamente com autoridades e a poluição em geral. Porém, vale ressaltar que a minimização dos efeitos do desastre só será proveitosa se houver uma atuação que contemple o pré-desastre, o desastre em si e o momento posterior. Para tal, o trabalho do psicólogo deve ser feito de forma contínua, dentro dos órgãos públicos de assistência, não se restringindo a um momento de desastre e garantindo que o profissional esteja mais próximo do cotidiano da comunidade.

CRP-RJ na Psicologia das Emergências e dos Desastres

Em setembro de 2007, quando assumiu a atual gestão do CRP-RJ, o XII Plenário decidiu revitalizar a subsede da Região Serrana. No início de 2008, ocorreu uma enchente em Petrópolis e, em poucas horas, uma comunidade foi envolvida pelas águas. Motivada pelo Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, realizado pelo CFP em 2006, e consciente de que esta

realidade é uma das características da Região Serrana do estado do RJ, a subsede iniciou a estruturação da Rede de Cuidados da Região Serrana RJ/Psicologia das Emergências e dos Desastres.

O CRP-RJ entende que o aumento significativo das situações de catástrofes, em nível mundial, mostra que a temática merece ser debatida e a Psicologia precisa estar presente. Na ação da Psi-

cologia, é fundamental que o trabalho seja construído em rede e que a criação de projetos de ação sejam individualizados para a região afetada, não esquecendo a necessidade de atenção para com a equipe envolvida.

A Rede de Cuidados abrange 18 municípios da Região Serrana. Sua atuação consiste em dois eixos, o da Prevenção e o da Ação.

III PNDH: um retrato dos conflitos de interesses na

O dia 21 de dezembro de 2009 – escolhido pelo presidente Lula para lançar o III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) – bem que poderia ter marcado história como a data em que os direitos humanos finalmente capitaneariam a implementação de políticas públicas no Brasil. Mas não foi desta vez. Elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos a partir das propostas levantadas na Conferência Nacional de Direitos Humanos (2008), esse tratado com diretrizes políticas para diversas áreas das políticas públicas provocou tamanha comoção de alguns setores conservadores que pontos importantes presentes no texto acabaram ofuscados.

Entre os principais progressos, é possível citar a instituição do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a descriminalização do aborto, a defesa de inúmeros direitos para a população LGBTT – como a adoção de crianças e a união civil –, maior regulamentação no campo da Comunicação Social e, por fim, e talvez o mais polêmico de todos, a criação de uma Comissão da Verdade para investigar os crimes políticos cometidos na época da ditadura civil-militar (1964-1985).

O embate político em torno de alguns destes pontos foi tão intenso que, por pouco, não levou a uma crise política. Tão logo o plano foi anunciado, a Igreja Católica, a bancada ruralista do Congresso Nacional, os empresários da grande mídia e os militares se manifestaram de modo virulento contra ele.

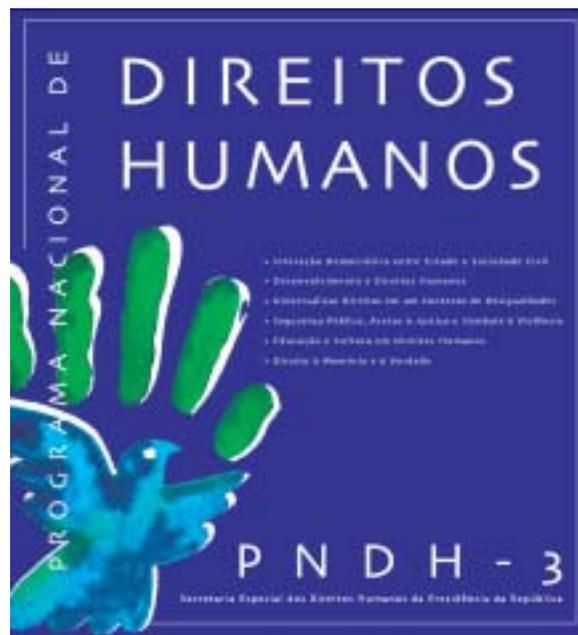
Conforme observa a psicóloga, professora da UFF e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, Cecília Coimbra (CRP 05/1780), “quando o plano foi anunciado publicamente à nação, ele já veio travestido de uma série de *mise-en-scènes* midiáticas, bem típicas dos últimos governos. Os comandantes militares e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, fizeram uma verdadeira chantagem com o presidente da República. Aí, o plano foi revisto e o que ficou e foi encaminhado para votação no Congresso Nacional foi uma versão totalmente *frankenstein*, retalhada. Houve um retrocesso muito grande nesse sentido”.

Segundo Rafael Dias, doutorando em Psicolo-

gia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador da organização não-governamental Justiça Global, “houve uma articulação desses setores para desestabilizar o programa e enfraquecer a participação popular que o construiu. Infelizmente, conseguiram neutralizar alguns pontos que eles chamaram de polêmicos”.

Entre avanços e retrocessos

Porém, embora apontem que não há nada no plano que não tenha estado presente nos dois pla-



nos anteriores – elaborados durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso – e que justifique as controvérsias geradas, movimentos sociais em geral consideraram o III PNDH um avanço.

Para o pesquisador da Justiça Global, “o plano melhora no sentido de algumas metas serem apresentadas de forma mais clara, com alguns temas mais bem relacionados à questão dos direitos humanos e maior transversalidade em suas políticas. Mas o plano só é um avanço se for concretizado em políticas”.

Também para Cecília, a primeira versão do III PNDH representou um avanço com relação aos planos anteriores. “Os Planos 1 e 2 não foram representativos como o terceiro. Em sua versão original, as principais reivindicações feitas na Confe-

rência Nacional de DH estão ali contempladas. No entanto, é lamentável – e é importante que isso seja ressaltado – que se tenha ficado quase oito anos sem um plano”.

A cientista política e diretora do Programa do Cejil (sigla inglesa para Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional) para o Brasil, Beatriz Affonso, diz, no entanto, que cada PNDH teve a sua devida relevância no tempo em que foi anunciado. “O I PNDH teve um mérito histórico por permitir que todos os segmentos conhecessem onde estavam os grandes obstáculos para a garantia dos direitos de outros segmentos que não o seu próprio, permitindo, assim, ações conjuntas. Já o II PNDH foi importante porque representou uma metodologia consolidada. E aí começa a ser uma prática que se coloca na agenda do governo”, explica.

Contudo, apesar de saudar o III PNDH por “estabelecer transversalismos que tratam de violações que perpassam diversos segmentos”, Beatriz não deixa de tecer algumas críticas. “Minha grande crítica ao III PNDH é o mecanismo de manifestação da sociedade civil. Só podia ir à Conferência quem era eleito delegado nas conferências regionais e estaduais, e mesmo quem tinha dinheiro para ir à Brasília só podia estar lá como observador, sem direito a voz. O governo também não colocou o plano na internet para consulta pública, para que quem quisesse debatê-lo e se manifestar”.

A Comissão da Verdade

Uma das diretrizes mais aguardadas do III PNDH foi o eixo Memória e Verdade, que prevê a criação da Comissão da Verdade. Na realidade, quando o Plano foi enunciado, a reação dos militares – respaldados pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim – foi tão violenta que ele acabou virando mais um debate sobre as sequelas deixadas pela ditadura.

Em sinal de protesto, Jobim e os comandantes das Forças Armadas colocaram seus cargos à disposição caso esse eixo não fosse revisto. O governo federal recuou e, acatando os protestos e acomodando os ânimos, alterou trechos do texto encaminhado para votação no Congresso.

sociedade brasileira

Em sua versão original, o texto previa a instituição de uma Comissão da Verdade e Justiça com o objetivo de apurar e responsabilizar publicamente todos os crimes ocorridos durante o período da ditadura. Na segunda versão, o termo “repressão política” foi substituído por “conflito político”, o que, na avaliação de muitos, é grave. “Quando se faz a substituição desse termo, além de retirar do Estado o papel de principal violador de direitos humanos nessa época, ainda se equipara torturador a torturado. Isso representa um retrocesso perverso”, avalia Cecília Coimbra.

Outra mudança feita pelo Executivo se refere ao próprio nome da comissão. Em vez de Comissão da Verdade e Justiça, o governo propôs uma alteração para Comissão da Verdade e Reconciliação, o que foi rechaçado pelos movimentos sociais.

Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e familiar de três desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia (pai, irmão e marido), Victória Grabois explica porque uma “Comissão da Verdade e Reconciliação” não atenderia aos interesses das famílias dos atingidos pelo regime militar. “Não queremos que essa Comissão seja ‘da Verdade e da Reconciliação’ porque não queremos reconciliar nada, até porque não queremos revanchismo. Queremos a justiça, que os responsáveis por esses crimes de lesa-humanidade que aconteceram em nosso país sejam apontados e responsabilizados”.

“Não aceitamos uma ‘Comissão de Verdade e Reconciliação’ porque o perdão é de cunho pessoal: você pode querer ou não perdoar o seu torturador. A sociedade como um todo pode perdoar os militares pela ditadura, mas as pessoas que sofreram mais de perto com o regime têm o direito de não perdoar o seu algoz. Reconciliação entre quem? Perdão entre quem? Os militares nem querem pedir desculpas e por que os torturados vão desculpar quem não quer se desculpar? Então, nesse sentido, estamos falando de mais uma farsa”, completa Beatriz Affonso.

Por fim, o governo federal optou por nomear

esta entidade como Comissão Nacional da Verdade, composta por sete membros a serem escolhidos pelo próprio Executivo. No entanto, segundo Beatriz, o texto encaminhado pelo presidente ao Congresso deixa implícita a possibilidade de participação de militares. Nesse sentido, ela alerta para a necessidade de a Comissão gozar da confiança da sociedade civil e, principalmente, dos familiares de ex-presos ou de mortos e desaparecidos políticos.

“Em minha opinião, a comissão tem que estar adequada a determinados parâmetros porque, caso contrário, vai ser mais um passo que não vai levar a lugar algum. Se não for uma comissão que

Fonte: www.arlesophia.com.br



goze da confiança dos familiares dos ex-presos, eles não vão participar, não vão depor novamente, porque já estão cansados. Se não for uma Comissão da Verdade que vá obrigar, de fato, o outro lado a se expor, para que possamos conhecer quem são os torturadores, vai ser mais um espetáculo que não leva a lugar algum. Eu quero conhecer os torturadores da ditadura e quero que meus filhos também os conheçam”, destaca.

Atraso histórico

Primeira ditadura militar da América Latina e a que mais durou, o regime militar brasileiro terminou em 1985, mas, desde então, poucas conquistas foram feitas no sentido de esclarecer aspectos sombrios da época. De lá para cá, as Forças Armadas impedem a abertura dos arquivos relativos a

esse período. Também não foram feitas investigações para elucidar, efetivamente, a penumbra histórica de torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos - fato que coloca o Brasil em uma posição desconfortável frente a outros países da América do Sul, como Argentina, Chile e Uruguai, que já deliberaram ações para investigar e julgar agentes do Estado envolvidos nessas situações de violação dos direitos humanos.

Por isso, o III PNDH foi esperado, por muitos, como uma maneira de alavancar, no Brasil, essa discussão. Porém, não foi isso o que aconteceu. “Esse debate permanece tardio no país porque, em nossa política de transição, alcançamos

uma democracia política, mas no que diz respeito aos direitos humanos, a transição ainda não foi feita. Sentimos-nos envergonhados porque o Brasil ainda não resolveu esse problema”, observa Victória Grabois.

Ainda de acordo com ela, o III PNDH peca por não contemplar totalmente a questão dos desaparecidos políticos da ditadura. “Toda a História precisa ser conhecida e toda a sociedade tem o direito de conhecê-la. Queremos que o governo diga como, onde, quando e quem desapareceu. As famílias precisam ter esse direito, precisam receber os restos mor-

tais de seus familiares e dar uma sepultura digna para essas pessoas”, diz.

Na avaliação de Cecília, o problema está na forma pela qual o governo brasileiro optou por conduzir o processo de reparação junto aos familiares dos atingidos pela ditadura. “Hoje, o Brasil é o mais atrasado nesse processo de reparação, segundo o próprio conceito da ONU. Uma violação que sofremos não pode ser paga somente pecuniariamente porque a reparação financeira é o final de um processo. O início dele é investigar o que aconteceu e, depois, responsabilizar. Portanto, dizer onde, quando, como e por quem essas pessoas foram mortas e desaparecidas faz parte de um processo de reparação”.

É por isso que parte expressiva dos movimentos sociais se engajou para que o III PNDH fosse

aprovado na integralidade da sua primeira versão. Na visão de Rafael, da organização Justiça Global, “o Plano aponta os reflexos das novas demandas dos movimentos sociais. Se esses pontos ditos polêmicos forem retirados, vai fortalecer o entendimento de que esses grupos conservadores se retiram do jogo democrático para depois vir por cima, excluindo aquilo que incomoda. Isso traz uma mensagem muito ruim para a democra-

cia brasileira: invalidar a participação popular”.

Controvérsias à parte, a Comissão Nacional da Verdade pode trazer consigo uma mensagem muito mais sutil e ampla do que simplesmente investigar crimes de Estado, julgar seus responsáveis e resgatar uma memória histórica atrelada a esse período. Conforme defende Cecília, ela pode servir como catapulta para que o Brasil se reencontre com as suas próprias histórias.

“Nós queremos afirmar, na verdade, outras memórias e outras histórias diferentes da história oficial. A afirmação da memória é uma luta. Esse é também um direito da sociedade brasileira. Ninguém quer colocar torturador no banco dos réus. Queremos que essas histórias sejam conhecidas, que esses crimes sejam conhecidos e que sejam responsabilizados. Nós não entramos na lógica punitiva. Esse não é nosso foco”, garante.

Evento debate Psicologia em tempos de calamidade

A temática da Psicologia em tempos de calamidade foi debatida pelo CRP-RJ no dia 5 de maio, um mês após a tragédia provocada pelas chuvas no Rio de Janeiro. A discussão ocorreu em uma edição do Trocando em Miúdos, evento realizado pela Comissão Regional de Direitos Humanos, com participação da psicóloga Ana Maiolino e do engenheiro Maurício Campos (veja entrevista com eles sobre o tema nas páginas 10 e 11).

Iniciando o evento, o conselheiro e coordenador da CRDH, Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077), destacou que o objetivo não era discutir as causas físicas das chuvas e dos deslizamentos, mas as políticas urbanas que vêm sendo implementadas e a produção de discursos a partir de situações como essa – como a criminalização da pobreza e a culpabilização das vítimas.

Nesse contexto, Maurício Campos baseou sua fala nas ações das autoridades municipais e estaduais no tratamento da situação após o temporal do dia 05 de abril. “No dia seguinte, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, baixou o Decreto 32.081, que, entre outras coisas, evocava a lei de desapropriação de pessoas que morassem em áreas de risco. O governador Sérgio Cabral criou o Programa Morar Seguro, atribuindo ao Estado a remoção de pessoas de áreas de risco. A meu ver, não houve ações emergenciais para o socorro das vítimas, além da ausência de articulação imediata dos órgãos públicos na as-

sistência aos desabrigados”.

Campos encerrou sua exposição alertando para a doutrina de choque imposta à sociedade em momentos de comoção geral. Ele afirmou que, com o desnorreamento das pessoas frente aos acontecimentos, o governo tem aprovação da população para promover ações absurdas sob o pretexto

da ocupação urbana do Rio de Janeiro desde a Proclamação da República. Segundo ela, as favelas surgiram num momento em que as autoridades procuravam modernizar a cidade, então capital nacional, e demonstrar progresso aos demais países. “Só que a modernização aconteceu às custas dos mais pobres. Foram dadas três opções às

pessoas que moravam nas casas de cômodo e cortiços, no Centro da cidade: os bairros periféricos do Centro, o subúrbio ou os morros. A ideia era que sumissem das vistas da sociedade”.

Ainda sobre a história da ocupação no Rio, Ana explicou que há 130 anos não se realiza uma política habitacional na cidade. “Esses problemas são resultado da omissão e descaso do poder público, que não investe em políticas públicas de habitação, na realização de obras de urbanização e infraestrutura”.

Após as palestras, deu-se início a um debate com os presentes. Durante a dis-



Maurício Campos, Ana Maiolino e Luciana Vanzan, mediadora da mesa

de reparar os danos. “No morro dos Prazeres, em Santa Tereza, a Defesa Civil queria interditar todas as casas, alegando que o terreno estava condenado. A população se revoltou e impediu que isso acontecesse. Infelizmente, algumas comunidades não conseguiram se mobilizar a tempo. Temos que ficar atentos, também, para capitalismo de desastres que se aproveita dessas situações para criar uma sociedade cada vez mais elitizada e segregada”.

Ana Maiolino abordou, em seguida, a questão

de discussão, surgiram questões como as consequências do pós-desastre com relação à saúde mental das vítimas e seus atravessamentos em diversas áreas de atuação da Psicologia. Também foi abordado o papel do psicólogo em situações emergenciais. “Cabe ao profissional o debate com a sociedade para que o conceito de desastre não fique restrito apenas a causas naturais, tornando complexo algo que é julgado como simples”, afirmou o conselheiro Pedro Paulo Bicalho.

Prestação de contas de 2010

De acordo com o princípio da transparência na gestão, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro apresenta o demonstrativo de resultados.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE JAN a MAI 2010

Receitas	
Receitas de Contribuição	4.587.295
Receitas de Contribuições de anos anteriores	409.091
Receitas Patrimoniais	164.508
Receitas de Serviços	49.911
Outras Receitas	150.682
Superávit de Exercícios Anteriores	4.500.000
Total das Receitas Brutas	9.861.487
Transferências (-)	
Conselho Federal de Psicologia	1.342.530
Total das Receitas Líquidas	8.518.957
Despesas (-)	
Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	1.139.669
Materiais de Consumo	22.889
Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	212.009
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	18.792
Impressão Gráfica	88.766
Transporte e Hospedagem	46.474
Congressos, Fóruns e Eventos	106.071
Serviços de Assessoria	95.582
Terceirização	186.641
Seguros, Condomínio e Locação	13.160
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	91.385
Total das Despesas de Operações	2.021.438
Investimentos (-)	
Programas de Informática	0
Máquinas, Motores e Equipamentos	1.780
Mobiliário em Geral	0
Equipamentos de Informática	13.892
Total dos Investimentos	15.672
Inversões Financeiras (-)	
Aquisição de Imóvel	3.663.065
Superávit Financeiro do período	2.818.782

Roner Tavares

Contador CRC/RJ-097613/O-8

Marilia Alvares Lessa

Conselheira-tesoureira - CRP 05/1773

Mudanças no plano de assistência médica firmado entre CRP-RJ, IBBCA e Unimed

Atenção psicólogos conveniados! A partir do mês de junho deste ano, houve reajuste anual de 11% no valor das carteiras dos associados ao plano de assistência médica coletiva por adesão firmado entre o CRP-RJ e a Unimed-Rio.

Segundo o Instituto Brasileiro de Benefícios para Cooperativas e Associações (IBBCA), administradora de benefícios que gerencia a carteira de associados do convênio, duas razões explicam o valor reajustado este ano: aumento dos valores pagos repassados pelas operadoras de saúde à rede credenciada (inflação médica) e o aumento do número de serviços oferecidos, de acordo com determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que amplia a cobertura oferecida em 70 novos procedimentos.

Para garantir que os associados tenham direito a usufruir desses novos serviços, a Unimed já negociou com os prestadores de saúde a realização de tais procedimentos. Com isso, o valor repassado pela Unimed a esses prestadores aumentará, o que acarreta o reajuste nas mensalidades.

Atendendo a uma solicitação do CRP-RJ, o IBBCA emitirá, a partir de julho, um carnê com vencimento no dia 15 de cada mês, com os valores a serem pagos até dezembro. Os associados do plano receberão esse carnê em suas respectivas residências.

Para outras informações, os associados podem ligar para o CRP-RJ, no telefone (21) 2139.5400, e falar com um representante do IBBCA, disponível das 9h às 16h30min para esclarecer eventuais dúvidas.



Acesse o novo site do CRP-RJ:
www.crprj.org.br

Ato na Cinelândia celebra o Dia

No dia 18 de maio é comemorado o Dia Nacional de Luta Antimanicomial. A importância histórica da data é incontestável – foi nesse dia que, em 1987, foi criado o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA), no II Encontro Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental. A partir de então, diversas ações vêm sendo realizadas por esse e outros movimentos com o objetivo de por fim aos manicômios, promover mudanças no cenário da atenção à saúde mental e questionar as relações de estigma e exclusão que foram estabelecidas social e culturalmente para as pessoas que vivem e convivem com a loucura.

Este ano, a data foi celebrada com um grande ato público na Cinelândia, no Rio de Janeiro, or-

“São ações como esta que contribuem para dar maior visibilidade a essa luta na qual a Psicologia está inserida há muito tempo.”

Carlos Alberto, psicólogo

ganizado pelo CRP-RJ, TV Pinel e ENSP/Fiocruz. O evento, que contou com participação de bandas, grupo de teatro e outras atrações, tinha como objetivo conscientizar a sociedade para a importância do fim dos manicômios e de todas as formas de opressão para com a loucura.

Dando início à comemoração, o grupo Pirei na Cenna, do Centro de Teatro do Oprimido, realizou um “teatro-fórum”. Nessa forma de teatro, é encenada uma situação que envolve um oprimido e um opressor, que impede que o primeiro realize um desejo. Em seguida, a plateia é convidada a participar, assumindo o lugar do

oprimido e mostrando o que faria diferente naquela situação. A participação do público foi bastante intensa, o que possibilitou diversos caminhos possíveis para os personagens.

Em seguida, houve apresentações de dois blocos carnavalescos. O primeiro, Loucura Suburbana, desfilou por toda a Cinelândia levando cartazes relativos à luta antimanicomial e mostrando que a loucura pode ser integrada na sociedade e que uma das formas de fazer isso é através da cultura. O Coletivo Carnavalesco Tá Pirando, Pirado, Pirou realizou um show logo após, enfatizando essa mensagem.

As apresentações dos blocos foram seguidas dos shows de três bandas: Cançãoiros do IPUB,

formado por pacientes e profissionais do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e artistas; Harmonia Enlouquece, de usuários e profissionais do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ) e músicos; e Chicas, banda que, sensibilizada, apoiou o evento.

Foi exibido ainda um vídeo produzido pela TV Pinel com depoimentos de transeuntes sobre o ato público e com a opinião deles sobre os loucos, a loucura, os mani-

“Estou achando o evento muito legal, e eu acho que ele foi uma iniciativa fundamental para publicizar a Luta Antimanicomial e o dia 18 de maio.”

Alexandre, cantor

cômios e quais as formas possíveis de tratamento da loucura. Outra atração do evento foi o poeta Pedro Rocha, que declamou poesias no palco. Todas as atividades foram costuradas pelo apresentador Zé Tonhão.

No intervalo entre as atrações, o psiquiatra e pesquisador da Fiocruz Paulo Amarante falou sobre a importância da data. “Esse não é o único evento para celebrar o dia da Luta Antimanicomial. Neste exato momento, no Brasil inteiro, ocorrem eventos dessa magnitude. No dia 18 de maio, que façamos a sociedade nos ouvir para acabar com a discriminação, com os manicômios e com a exclusão para conquistar a cidade e mostrar para ela que a sociedade é múltipla, plural”.

Beatriz Adura, psicóloga, assessora técnica do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas do CRP-RJ, militante do movimento antimanicomial e uma das organizadoras do encontro, destacou que “este evento é a prova de que uma profissão só não faz coisa alguma. É

“Este ato é uma acontecimento absolutamente importante para a cidade e para a cultura do Rio de Janeiro para podermos ver as enormes possibilidades que existem ao nosso redor.”

Paulo Amarante, psiquiatra



Nacional de Luta Antimanicomial

“Além de legal, atos como este são extremamente importantes por dar visibilidade ao movimento como um todo.”

Bruna Venceslau, geógrafa

preciso uma prática integrada entre todos os profissionais da Saúde para mostrar que outras formas de tratar a loucura são possíveis”.

O público reuniu não apenas profissionais de Saúde e usuários, mas também pessoas que passavam pela Cinelândia e resolveram participar. A grande maioria apontou que não conhecia a Luta Antimanicomial até então, e que o evento foi importante para que refletissem sobre o tema. Isso mostrou que um dos principais objetivos do CRP-RJ foi alcançado: levar a discussão sobre o fim dos manicômios e o respeito à vida para além dos profissionais da Saúde, incorporando toda a sociedade no debate.

O Movimento Nacional de Luta Antimanicomial

O MNLA propõe a reformulação do modelo assistencial em Saúde Mental e a reorganização dos serviços da área, privilegiando as equipes multiprofissionais e o atendimento fora do

hospital. E, para além disso, coloca como fundamental uma transformação social radical, que sustente a loucura na sociedade.

O CRP-RJ apóia e participa do MNLA, pois acredita que é no sentido de enclausurar e restringir o sujeito à doença que o hospital psiquiátrico encerra o humano que se encontra em sofrimento. Com o fim dos hospitais psiquiátricos e a instauração de outras formas de cuidar e lidar com a loucura, trata-se não apenas da doença, mas do ser humano que sofre.

Atualmente, grande parte dos leitos em hospitais psiquiátricos do Brasil já foi extinta e o número dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros serviços substitutivos vêm aumentando. Contudo, a luta antimanicomial não propõe apenas trocar manicômios por CAPS, mas a criação uma rede substitutiva de serviços, que não deve se restringir a serviços de saúde e, sim, incluir todos aqueles que de fato possam responder às necessidades dos usuários, oferecendo dignidade e cidadania para todo e qualquer cidadão.

O CRP-RJ entende que a luta antimanicomial deve, portanto, se estender pela sociedade e atingir várias instituições e práticas que perpetuam a lógica manicomial na sociedade atual, tais como aquelas ainda presentes em grandes hospitais, asilos, abrigos, prisões e outros.



“O evento foi ótimo, bastante produtivo. Não conhecia o movimento. Acho que poderia ter mais vezes para mais pessoas aprenderem sobre essa luta.”

José Augusto, funcionário de empresa de engenharia

JULHO

• **IV Mostra Regional de Práticas em Psicologia**

Data: 22 a 24 de julho de 2010

Local: Universidade Veiga de Almeida – Rua Ibituruna, 108, Tijuca

Informações: mostra@crprj.org.br
www.crprj.org.br/mostra

AGOSTO

• **VI Seminário de Psicologia e Direitos Humanos**

Data: 12 e 13 de agosto

Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã

Informações: eventos@crprj.org.br

• **II Seminário da Rede de Cuidados da Região Serrana**

Psicologia das Emergências e Desastres

Data: 18 de agosto de 2010

Local: Laboratório Nacional de Computação Científica – Av. Getúlio Vargas, 333, Quitandinha, Petrópolis – RJ (ao lado do Hotel Quitandinha)

Informações: subsedepetropolis@crprj.org.br / (24) 2243-0834

• **Psicocine**

Data: 12 de agosto de 2010 – 19h

Documentário: **Do luto à luta**, de Evaldo Mocarzel
Duração: 75min.; Ano: 2005; Classificação: livre

Data: 19 de agosto de 2010 – 19h

Filme: **Salve geral**, de Sérgio Rezende

Duração: 119min.; Ano: 2009; Gênero: Drama;
Classificação: 16 anos

Data: 26 de agosto de 2010 – 19h

Filme: **Como nascem os anjos**, de Murilo Salles
Duração: 96 min.; Ano: 1996; Gênero: Drama;
Classificação: 14 anos

Local: subsede Norte Fluminense do CRP-RJ - Rua Treze de Maio, 286, sala 310, Centro – Campos dos Goytacazes (Edifício Medical Center)

Informações: subsedecampos@crprj.org.br / (22)2728-2057

Participe da IV Mostra!

O CRP-RJ realizará, de 22 a 24 de julho, a IV Mostra Regional de Práticas em Psicologia, evento que vem se consagrando ao longo dos anos como um espaço de encontros, descobertas, discussões e ressignificações. Nele, os psicólogos e estudantes de Psicologia têm a oportunidade de trocar experiências e discutir sua prática profissional.

As edições anteriores da Mostra foram um sucesso, tendo reunido cerca de 400 participantes cada. Em 2009, por exemplo, foram 460 participantes, 199 trabalhos apresentados, 14 livros lançados e 10 expositores, além das mesas de debates e atrações culturais.

Em 2010, o modelo será o mesmo. Os psicólogos e estudantes que se inscreveram apresentarão suas práticas nas chamadas “experiências em debates”. Haverá ainda mesas redondas organizadas pelo CRP-RJ com temas que estejam em debate na Psicologia e na sociedade.

Permeando toda essa troca de experiências, haverá apresentações culturais, tendas de diversas instituições, lançamentos de livros e atividades diversas. Ao longo dos três dias de evento, ocorrerá também a exibição de um documentário sobre Psicologia e Relações Raciais e do filme *Sicko - SOS Saúde*, de Michael Moore (2007), que será debatido na tarde de sábado na roda de conversa “Quanto vale a saúde?”.

No encerramento do evento, será entregue o III Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira – Experiências em Psicologia e Políticas Públicas aos três primeiros colocados nas categorias “estudante” e “psicólogo”.

A IV Mostra acontece na Universidade Veiga de Almeida - UVA, campus Tijuca, rua Ibituruna, 108.

Inscrições

As inscrições para apresentação de trabalhos se encerraram no dia 27 de junho, como havia sido noticiado no site do CRP-RJ e no informativo eletrônico. Porém, é possível se inscrever como ouvinte até o dia 14 de julho, através do site www.crprj.org.br/mostra, assim como fazer a inscrição presencial no dia e local do evento.

A taxa de inscrição é de R\$ 20, para profissionais, e R\$ 10, para estudantes. Esse valor dá direito ao certificado de participação e a um kit com bolsa, camiseta, caneta e outros brindes. Os que não estiverem interessados no certificado e no kit podem participar como ouvintes gratuitamente.



Programação

Dia 22 de julho

17h – Credenciamento

18h – Apresentação

Participação: CRP-RJ, UVA e CFP

18h30 – Mesa de abertura: Impasses na Clínica: violências, subjetividades e direitos humanos.

20h – Coquetel

- Abertura da exposição “Projeto Cartografias da Criação” - Flavia Corpas

- Lançamento do Caderno do II Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira

Dia 23 de julho

9h - Roda de Conversa: Forma-Ação: que forma? Que ação? Diálogos entre saberes e práticas profissionais - Comissão de Estudantes

11h30 - Experiências em Debate

13h - Intervalo

14h30 - Experiências em Debate

16h – Intervenção: Troca de Segredos

17h – Discussão sobre a Intervenção

17h30 – Mesa: Solas em punho, disparos sobre a cidade - Comissão de Políticas Públicas

Dia 24 de julho

9h - Mesa: Tensões no Encontro da Psicologia com a Educação: Novos Possíveis? - Comissão de Educação

11h - Experiências em Debate

13h - Intervalo

14h30 - Exibição do Documentário SICKO – SOS Saúde, de Michael Moore (2007)

16h30 - Roda de Conversa: “Quanto vale a saúde?” - Comissão de Saúde / Projeto Saúde Suplementar

18h - Apresentação do Grupo de Dança Angel Vianna

18h30 – Encerramento: Entrega do III Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira

Informações:

www.crprj.org.br/mostra • mostra@crprj.org.br

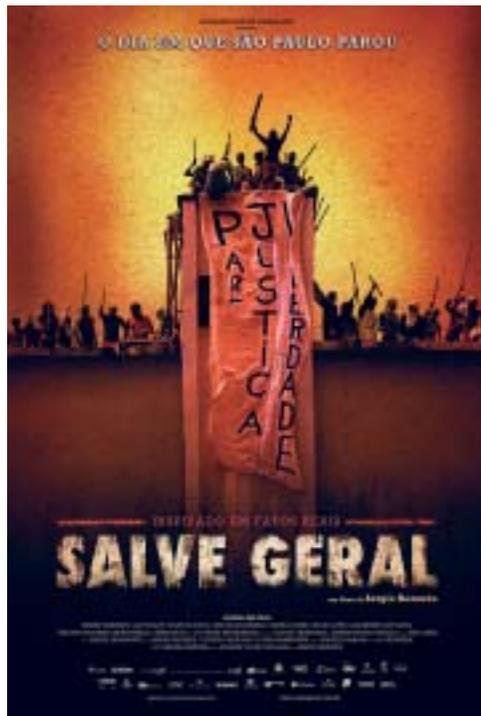
Norte Fluminense

A Comissão Gestora da subseção do Norte Fluminense, através dos seus colaboradores, vem organizando ações que atendam à demanda local dos psicólogos da região, em consonância com a estratégia político-administrativa do XII Plenário do CRP-RJ.

Mapeamento da rede ambulatorial

Uma das ações que vêm sendo realizadas desde 2009 é a busca de informações sobre a rede ambulatorial pública de atendimento de Psicologia da cidade de Campos dos Goytacazes. Neste sentido, foram realizados na subseção dois encontros com profissionais da categoria que atuam nos referidos ambulatorios.

No último, realizado em 04 de maio de 2010, foi entregue aos presentes um questionário sobre os encaminhamentos, o acesso dos pacientes a esses serviços e outros dados. Os questionários também foram entregues posteriormente aos representantes dos ambulatorios que não puderam comparecer ao encontro, para serem preenchidos e enviados à subseção. A intenção é que no dia 27 de agosto - Dia do Psicólogo - seja dado um retorno aos profissionais de Psico-



logia com a sistematização das informações.

Psicocine

Além do mapeamento da rede pública ambulatorial de Psicologia, a subseção realizará o projeto **PSICOCINE: Cinema na Subseção do CRP-RJ**. O projeto consiste na exibição de filmes, seguida de debate, sempre às quintas-feiras, das 19h às 22h, na subseção. Os filmes de agosto serão "Do luto à luta", de Evaldo Mocarzel, "Salve geral", de Sérgio Rezende, e "Como nascem os anjos", de Murilo Salles (veja mais informações na Agenda, na página 18).

O projeto envolve a ação de uma comissão constituída pelos psicólogos Daniela de Mattos Soares (CRP 05/36934), Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138), Fernanda Brant Gabry Stellet (CRP 05/29217), Luciana Affonso Gonçalves (CRP 05/12614), Roselane Ribeiro Lopes de Carvalho Alvarenga (CRP 05/39890), Sérgio Corrêa da Fonseca (CRP 05/32333) e Zulmira Helena de Araújo Viana Jorge (CRP 05/6088). Também participarão do projeto grupos de alunos das duas faculdades de Psicologia de Campos dos Goytacazes, UNESA e ISECENSA.

Informações sobre o Psicocine

Inscrições:

- A inscrição é gratuita e poderá ser feita pelo telefone (22) 2728-2057
- Horário de inscrição: segundas, terças e quartas-feiras que antecedem as quintas do Psicocine, das 10h às 12h e das 14h às 17h.
- As inscrições são limitadas a 30 pessoas.

Horário e local:

As exposições ocorrerão das 19h às 22h na subseção Norte Fluminense do CRP-RJ. O endereço é Rua Treze de Maio, 286 - sala 310 - Centro - Campos dos Goytacazes (Edifício Medical Center).

Veja a programação do Psicocine na Agenda, na página 18.

A proposta de cineclube se distingue do cinema convencional por ser uma iniciativa do próprio público de psicólogos, que se junta à comunidade campista para incentivar uma reflexão crítica a partir de exposições gratuitas de filmes nacionais que retratam a contemporaneidade brasileira.

O CRP-RJ busca, para o diálogo, uma interface com diversas questões vinculadas à inclusão social, que será o fio condutor dos filmes exibidos. A ideia é suscitar debates em torno de temas relacionados à cidadania, saúde, educação, direitos humanos e qualidade de vida, denunciando as situações de precarização, competitividade e padronização da subjetividade que caracterizam os modelos produtivos na sociedade capitalista do Brasil.

Região Serrana

• Continuando seus esforços de aproximação com a categoria, a Subseção da Região Serrana se reuniu, no dia 16 de junho, com psicólogos de municípios do interior. O encontro ocorreu em Nova Friburgo e teve como objetivo apresentar o CRP-RJ e a subseção, além de articular uma possível oficina sobre Psicologia das Emergências e dos Desastres na cidade.

Os municípios convidados foram Nova Friburgo, Teresópolis, Cantagalo, Bom Jardim, Su-

midouro, Silva Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Cachoeiras de Macacu, Trajano de Moraes, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Carmo.

• Em 1º de julho, foi realizada, na subseção, a Roda de Conversa Laudos e Pareceres, que discutiu as questões éticas envolvidas na produção de documentos escritos pelo psicólogo. Foram convidadas as conselheiras do CRP-RJ Lygia Santa Maria Ayres (CRP 05/1832), presidente da Comis-

são de Orientação e Ética, e Wilma Fernandes Mascarenhas (CRP 05/27822), presidente da Coordenadoria Técnica.

• Em agosto, será realizada uma reunião com a Comissão de Estudantes do CRP-RJ. O objetivo é articular uma futura oficina sobre formação na subseção, voltada aos estudantes de Psicologia da Região Serrana. Acompanhe o site www.crp.rj.org.br para informações sobre o evento.

Participe da escolha da nova Plenária

Eleições para o CRP-RJ ocorrem dia 27 de agosto

A Comissão Regional Eleitoral (CRE) informa que a eleição dos conselheiros regionais e a consulta para eleição dos conselheiros federais para a gestão 2010-2013 ocorrerá no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, das 9h às 17h. É necessário comparecer aos locais de votação portando documento de identificação original, com foto. O voto é obrigatório para os profissionais com até 70 anos incompletos.

A CRE esclarece que o endereço cadastrado no CRP-RJ para recebimento das correspondências foi o que determinou o local de votação do psicólogo. Porém, os psicólogos que estavam adimplentes até 30 de abril tiveram a oportunidade de solicitar mudança do seu local de votação até 10 de junho, conforme orientação divulgada na carta informativa expedida no mês de maio.

Os psicólogos adimplentes que moram nos demais municípios receberão um kit de votação por

correspondência com as instruções sobre os procedimentos de preenchimento e envio de seu voto. É importante lembrar que só serão computados e válidos os votos que chegarem ao CRP-RJ até o dia 27 de agosto.



Aqueles que solicitaram negociação dos seus débitos a partir do dia 03 de maio e que estiverem em dia com as parcelas até o dia da eleição estarão aptos a votar, porém apenas na Sede do CRP-RJ.

Os psicólogos que estiverem impossibilitados de votar devem enviar justificativa através de formulário eletrônico, que estará disponível no site do CRP-RJ a partir do dia 27 de agosto e somente será aceito pela CRE até o dia 27 de setembro de 2010.

A Comissão Eleitoral chama a atenção para a importância da participação dos psicólogos, pois disso depende o efetivo cumprimento das diretrizes formuladas pela categoria, nos últimos COREPs (Congressos Regionais de Psicologia) e CNPs (Congressos Nacionais de Psicologia).

A CRE salienta que ainda há tempo para que todos os psicólogos regularizem seus cadastros e pendências financeiras junto ao CRP-RJ, pois só assim garantirão seu direito ao exercício do voto.

Em caso de não recebimento da correspondência expedida no mês de maio, o local de votação poderá ser consultado na listagem que será disponibilizada no site do CRP-RJ a partir de 1º de agosto.

Locais de votação disponíveis no estado do Rio de Janeiro

- 1. Centro:** CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher – Superintendência de Direitos da Mulher – SEASDH - Rua Regente Feijó, 15 – térreo – Centro - Rio de Janeiro
- 2. Campo Grande:** Faculdade Moacyr Sreder Bastos - Rua Engenheiro Trindade, 229 - Campo Grande - Rio de Janeiro
- 3. Realengo:** Universidade Castelo Branco - Av. Santa Cruz, 1631 – Realengo - Rio de Janeiro
- 4. Laranjeiras:** INES - Instituto Nacional de Educação de surdos - Rua das Laranjeiras, 232 – Sala 103 - Laranjeiras - Rio de Janeiro
- 5. Urca:** UniRio - Av. Pasteur, 296 – Urca - Rio de Janeiro
- 6. Ilha do Governador:** Universidade Estácio de Sá – Campus Ilha do Governador - Estrada do Galeão, 1.900 - Jardim Carioca - Ilha do Governador - Rio de Janeiro
- 7. Taquara:** Universidade Estácio de Sá – Campus R9 - Rua André Rocha, 838 – Taquara - Jacarepaguá - Rio de Janeiro
- 8. Madureira:** SENAC - Rua Ewbank da Câmara, 91 – Madureira - Rio de Janeiro
- 9. Bonsucesso:** UNISUAM - Av. Paris, 72 – Bonsucesso - Rio de Janeiro
- 10. Sampaio:** UCL - Centro Universitário Celso Lisboa - Rua 24 de Maio, 797 – Sampaio - Rio de Janeiro
- 11. Tijuca:** Universidade Veiga de Almeida - Rua Ibituruna, 108 – Bl.B, 5º andar - Maracanã - Rio de Janeiro
- 12. Barra da Tijuca:** Universidade Veiga de Almeida - Rua General Felicíssimo Cardoso, 500 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro
- 13. Ipanema:** Univercidade - Av. Epiácio Pessoa, 1664 – Ipanema - Rio de Janeiro
- 14. Maracanã** – UERJ - Rua São Francisco Xavier 524 /10º andar – sala 10.019 – Bloco B - Maracanã - Rio de Janeiro
- 15. Gávea:** PUC - Rua Marques de São Vicente, 225 – Gávea - Rio de Janeiro
- 16. Niterói:** Centro Universitário Plínio Leite - Av. Visconde do Rio Branco, 123 – Centro - Niterói
- 17. Niterói: Subsede** - Av. Amaral Peixoto, 467 – sala 509 – Centro - Niterói
- 18. São Gonçalo:** UERJ – Formação para professores - Rua Dr. Francisco Portela, 794 - Paraíso - São Gonçalo
- 19. Nova Iguaçu:** Subsede - Rua Sebastião Herculaniano de Mattos, 41 – Centro - Nova Iguaçu
- 20. Petrópolis:** Subsede - Rua Paulo Barbosa, 174 sala 15 – Centro - Petrópolis
- 21. Campos de Goytacazes:** Subsede - Rua Treze de Maio, 286 - 3º andar/sala 310 – Centro – Campos dos Goytacazes